

O GRUPO SEARA NOVA AO PAÍS

PORQUE RAZÃO ABANDONARAM O GOVÊRNO OS MINISTROS INDICADOS PELO GRUPO AO SR. PRESIDENTE DO MINISTÉRIO

Em volta da saída do Govêrno dos dois primeiros Ministros da Instrução e da Agricultura do Gabinete Alvaro de Castro, ocorrida em 28 de Fevereiro, aventaram-se hipoteses, esboçaram-se gestos de surpresa, e bordaram-se considerações de certo desfavor, que obrigam a *Seara Nova* a acrescentar às notas que tornou públicas pela imprensa, em 26 e 27 daquele mês, os esclarecimentos que seguem, e que visam a colocar esta questão em seus devidos termos e verdadeiro significado, perante a opinião independente. Já o abandono do Gabinete por parte do Ministro da Guerra, o major Ribeiro de Carvalho, que também o Grupo havia indicado ao Chefe do Govêrno, não pareceu assim estranho, e não surpreendeu ninguém, embora o lamentassem todos os Portugueses que tem por aquele official a consideração que merece; pareceu a sua saída um acto lógico e feito a tempo, acolhendo-o a opinião pública como perfeita afirmação de inteireza de character. Porisso mesmo nada há a explicar a seu propósito, nem até que referir o facto, senão pelas relações que êle possa ter com êsse outro acto subsequente, de que vem tratar em especial este manifesto.

A *Seara Nova* é um agrupamento, pequeno em número mas forte em convicções, empenhado no estudo da vida nacional, com a ambição, que julgamos legítima, de ajudar a melhorá-la, para bem de todos nós; tem documentado com os seus trabalhos e os seus actos o empenho que a anima e os propósitos que sustenta. Foi a penúltima afirmação do seu esforço a *Carta Aberta ao actual Presidente da República*, documento a que não há negar, supômos, seriedade e profundidade; e a última, emfim, o seu concurso (por um convite que, em nosso entender, tanto a honrou a ela como a quem o fez), ao govêrno Alvaro de Castro. O que representava para nós, desde que as circunstâncias o permitiram, essa entrada na governação? O governar de qualquer modo, ao sabôr de qualquer corrente, para simples satisfação da vaidade de ser govêrno? Não, evidentemente: que a isso se não amoldavam os princípios que apregoamos e aos

quais vimos tributando o mais íntegro dos respetos. Governar, para nós, seria, na *política especial* de cada ministério, primeiro: colocar à frente da administração pública quem oferecesse garantias de valor moral, de intelligencia, de saber e de trabalho — (e é caso de perguntar aqui, aos desapaixonados e aos de boa fé, quando feito o honesto desconto à curteza da experiência, se iludimos esta parte do nosso programa, indicando para as pastas da Guerra, da Instrução e da Agricultura os três nomes que indicámos ao Sr. Dr. Alvaro de Castro?); governar seria depois para nós, na medida em que as circunstâncias o permitiam, em matéria de *política geral* — de que não era lícito abstrair em qualquer caso — tentar libertar o Executivo de todas as nefastas influencias de que até aí frequentes vezes se mostrara dependente, com grave prejuizo da elevação da nossa política, do prestígio do poder, e (com a crescente desmoralização na administração do Estado) da sua capacidade educativa junto das classes sociais.

Quere isto dizer que, sem nos lançarmos precipitadamente atrás de um optimo irrealizável, mas sem nos prendermos, tambem, ás transigencias e aos compromissos de um passado que não era o nosso, anteviamos nesta matéria um programa mínimo de realizações imediatas, a cujo cumprimento nos atinhamos com firmeza; e quere isto dizer outrosim que nenhuma attitude governativa de que resultasse quebra de prestígio para esse poder, de que participávamos, poderia vir a ser sustentada e bem aceita por nós outros. Concretizando, tais realizações não passavam de momento da adopção de medidas que seguramente conduzissem á moralisação administrativa e à implacável defesa dos dinheiros públicos, podendo dizer-se que era este tambem o programa minimo do Sr. Alvaro de Castro, a sua aspiração dominante, a qual ainda hoje o acompanha, segundo supomos.

Abra-se a propósito um parêntesis, para esclarecer nesta altura a attitude actual da *Seara Nova*: entendemos que o facto de ter abandonado o Govêrno, para não prestar solidariedade a determina-

dos actos a que o fôrça o ambiente político de que êle depende, não implica, não pôde implicar só por si, que se desconheçam as intenções honestas do seu Chefe e os esforços que vem fazendo para ser útil ao País; simplesmente, os campos estão agora bem extremados: convidados pelo Sr. Alvaro de Castro para o seu ministério, somos hoje forçados a concluir pela experiência que não está S. Ex.^a tão liberto de peias partidárias, e tão capaz de impôr-se na política portugueza, que possa garantir — apesar da sua boa vontade — aos seus colaboradores (quando estes tenham, como sucedia com os Ministros que lhe indicámos, um passado que politicamente os não entibie no presente) aquela atmosfera de independência de que absolutamente carecem, para que não desvirtuem com os seus actos os rígidos princípios a que devem obediência. Esta é, em sua nudez, a situação.

Temos pois (retomando a exposição dos factos) que entraram para o Gabinete Alvaro de Castro os ministros da Instrução e da Agricultura, exonerados agora a seu pedido, com o pleno convencimento de que iriam participar numa política de rigorosa redução de despêsas (a única compatível com a situação do Tesouro), e de que *essa política seria tão pronto como o próprio Governo a promover-la, o Parlamento*, mórmente a maioria parlamentar, da qual depende a estabilidade do primeiro; entraram crentes também, e nós com êles, de que todas as receitas a criar seriam propostas em Camaras, e por estas votadas, com o exclusivo fim; primeiro, de procurar extinguir o «deficit» do Estado, referido aos encargos então existentes, e não a *encargos novos*; segundo, de promover obras de fomento no País, visto como a situação actual, tornando necessária, inadiavel por vezes, a efectivação de despesas produtivas, criadoras de riqueza, do mesmo passo condena qualquer despêsa nova de character improdutivo; entraram, finalmente, certos de que vinham fazer parte de um Governo que de facto governasse, isto é: possuidor da força necessária para rebater com decisão quaisquer imposições surgindo franca ou veladamente em seu caminho, assim apostado esse Governo, antes de tudo, em dignificar finalmente o desacreditado exercicio do poder. Nesta crença se dispuseram a trabalhar, e foram de facto trabalhando, bastante conhecedores, de resto, do meio viciado em que vivemos para que contassem de antemão com as hostilidades que haviam de sair-lhes ao encontro: de ânimo pronto, pois, tanto para as ironias dos que, incapazes de submeter-se à disciplina do estudo, entendem ridicularizar os estudiosos, como para as diatribes e para o desforço daqueles a quem houvessem de ferir em seus interesses ilegítimos, e para as próprias calunias de que muitos se fazem éco neste país, quando aceitam *a priori* que tem de ser, desde logo, deshonesto, todo aquele que surge um dia como homem de Governo.

Assim, o primeiro conjunto de medidas com o objecto de reduzir as despêsas públicas, prenuncio de mais largos vãos, mereceu toda a colaboração daqueles Ministros, e todo o nosso apoio, sendo ainda (convem repeti-lo) por iniciativa dos representantes da *Seara Nova* no poder que o Governo resolveu, pelas comissões chamadas *de economias*,

estudar a sério as possibilidades de redução dos quadros, posta uma vez mais a questão fundamental — que ainda até hoje não logrou resposta — de saber-se se é justo, se é moral, que pague o Estado tão pouco aos funcionários que trabalham e que cumprem, para manter com tratamento identico muitos que recebem desmedidamente, em relação ao nada que produzem.

Nisto se estava quando surgiu, pouco tempo decorrido, a chamada *questão dos sargentos*, que, por de mais agitada no Parlamento e na Imprensa, não carece de ser exposta aqui em pormenor; depressa vimos, pelo rumo que as coisas levavam, que era esta a primeira questão séria que se levantava, perante os princípios que deixámos esboçados e nos cumpriria defender no ministério. Susceptível tal questão de encarar-se sob os tres aspectos técnico, financeiro e moral, logo succedeu que sob todos êles foi, quanto a nós, a solução encontrada a pior solução. Com efeito: *técnicamente*, estando afecta ao Parlamento uma proposta de remodelação do Exercito fundamentada em estudos de toda a seriedade, a qual implicava a remodelação dos quadros (com a possível redução do número dos officiais), não era admissível uma promoção assim feita, apresada e inoportuna; *financeiramente*, obrigando-se o Governo (e com êle a maioria parlamentar, visto que lhe dava o seu apoio) à mais estrita economia, tam pouco havia que pensar em tal medida, que implicava um aumento de despêsa considerável; *moralmente* (e não era este o menos importante dos aspectos) também não podia o projecto ter seguimento, porquanto dos proprios debates resultava nítida, insofismavel, a impressão de que de facto se tratava, em holocausto a compromissos anteriores, (às transigencias de sempre que tanto condenámos) de dar satisfação a determinados membros de uma classe, aliás respeitavel, como pagamento de serviços prestados ao Régime, — fórmula usual contra que sempre ergueremos o nosso protesto de convictos republicanos; pois que jamais comprendemos a legitimidade, sequer ao menos a intelligência, de considerar como favores a pagar, como benemerência a reconhecer, os sacrificios de qualquer indivíduo pela causa que diz ser sua, aquilo mesmo que só deve, para ser nobre e respeitável, partir de uma dedicação sincera que coisa alguma poderá pagar, precisamente porque não é de um *artigo de compra* que se trata.

Postas assim as coisas, sem sombra de disfarce surgia para nós a situação, perante os factos consumados, como insustentável; e aliás, como se ainda isto não bastasse, era agora sobre o próprio Governo que se adensavam também as grossas nuvens, as quais em breve se poderiam resolver todas, ao que previamos, em novo e maior desprestígio da função governativa.

Só agora publicamente nos referimos a êsse facto, mas muito contribuiu êle também para levarnos ao convencimento da improficuidade da nossa missão. Primeiro os funcionários dos correios, depois os de várias repartições públicas. — o aspecto é sempre o mesmo — uns e outros se lançaram em greve, mais uma vez para imporem aumento de salários. Quem duvida aí que é o funcionário do Estado um daqueles que mais sofre com a situação

presente da vida? mas quem há também aí que ainda acredite que não é, para êle próprio, uma perigosa ilusão a simples melhoria de vencimentos? Pois não será exemplo de ontem que toda essa melhoria a absorverão de pronto os fornecedores indispensáveis? E fará sentido, por outro lado, que se pense em pagar mais sem haver primeiro realizado a redução do funcionalismo a que fizemos referência? E ainda que, depois de se haver imposto em nome da salvação pública, aos portadores da nossa dívida, a redução dos juros do empréstimo, pensem o Governo e o Parlamento em criar novos encargos improdutivos, quaisquer que sejam as receitas adrede inventadas para cobrí-los? E se há margem para tais receitas, não seria mais inteligente e mais moral que as empregasse o Estado em dotar convenientemente os serviços de abastecimento e os das cooperativas de consumo, por maneira a influir directamente no embaratecimento da vida? Perguntas todas são estas que oferecemos à consciência, ao livre exame de quem nos lê.

Entretanto, o que julgávamos inludível é que ia criando fóros de cidade o princípio de constituir um remédio que não falha, para o conseguimento de melhoria de salário por banda do Estado, o de se declararem em greve, ou mansa ou agitada, aqueles que essa melhoria pretendem ter; e o que se impunha ao nosso espírito é que não podíamos nós, *Seara Nova*, figurar em um Governo, êste ou qualquer outro, que concorresse, pela sua atitude, para tornar de cada vez mais firme esse princípio tão nefasto.

Deixaram pois, pelo que fica exposto, o gabinete Alvaro de Castro os seus primeiros Ministros da Instrução e da Agricultura, fazendo-o coerentemente, fazendo-o oportunamente. Mas é preciso que se diga, em nome da verdade, que já mais o fizeram porque a qualquer dêles falecesse o ânimo para a resolução dos problemas relativos às pastas que sobraçavam, pois que na técnica dos seus ministérios, como na vida de relações de cada um dêles, nenhum dos obstáculos que encontraram lhes pareceu insuperável; bem pelo contrário, tudo o que tinham feito e observado só podia servir-lhes de incentivo para se manterem nessa posição a qual haviam (coisa um pouco nova para o nosso meio), *por direito* conquistado. Saído do Governo nestas condições, representou a sua saída um verdadeiro sacrifício: homens de acção que sempre foram, inteiramente dedicados, um dêles à causa da educação nacional, o outro à do fomento agrícola do País, conscios ambos do caminho a seguir e certos também de que em nenhuma outra posição, melhor do que naquela, seriam capazes de pôr em prática os planos amadurecidos por um aturado estudo, êsse sacrifício que se lhes impôs foi o mais pesado que pode exigir-se a homens da sua têmpera: o sacrifício, momentâneo embora, da renúncia. O que êle representa, crêmos que pode avaliá-lo qualquer espírito lúcido e qualquer consciência sã; e julgávamos também que, ao menos por êle, conseguiriam de todos os campos o respeito a que tem jús. Mas nem isso lográmos: nem êles, nem nós. Ao serem substituídos os dois Ministros, perguntava um partidário no seu jornal, em nome de quê havíamos nós ido ao Governo,

— nunca êle percebera o que podia ter-nos dado direito a ascender assim à situação ministerial; e logo um outro jornal, de apoio hábil à situação, acrescentava ser impressão sua que ficava agora, com a recomposição feita, mais firme o Gabinete, por mais homogêneo naturalmente, e mais integrado no ambiente parlamentar.

Com que fidelidade assim retratam a situação, um com a sua dúvida persistente, o outro com a sua observação perspicaz! E' que, na verdade, à política portuguesa, com suas características dominantes e suas desastrosas ligações com o passado, não póde em rigor convir a cooperação daqueles que, mantendo-se até aqui na situação privilegiadamente educativa de espectadores, não se encontram eivados dos mesmos vícios e sujeitos à mesma intoxicação do meio deleterio, com que essa política, por um lado se debate, e no qual, por outro, ela respira.

Acreditamos piamente, sem qualquer paralelo depreciativo entre os que entraram e os que saíram, que esteja mais firme agora o blóco *governo-maioria parlamentar*, e que já não seja assim fácil que surja uma voz discordante a dentro dele.

Mas aquilo que perguntamos a nós próprios — o mesmo que perguntariamos à Nação se desperta emfim, e interessada nos seus próprios destinos, ela quisesse responder-nos, — é se estará sempre igualmente disposta a consciencia nacional a mostrar-se assim concôrde, e assim contente, com o andamento da coisa pública, e com a obra dos políticos que se permitem criticar-nos, depois de terem levado o País ao estado em que se encontra agora?

Sabemos que a resposta da Nação não vem, — pelo menos que não vem ainda; e é afinal por isso mesmo que nós aqui andamos labutando; para que ela acorde, para que se interesse, emfim, por aquilo que é verdadeiramente seu. Continúa pois o nosso esforço: não desfalece, e julgamos até que é agora o regime das marchas forçadas aquele que mais lhe convem. Isto porque receemos, tomados de negro pessimismo, que possa vir tarde de mais aquele necessário despertar? Apenas porque a observação dos factos nos convence de que, quanto mais demorar em tornar a si essa consciencia da Nação, para que apelamos, tanto pior para todos nós.

O GRUPO SEARA NOVA

Explicação: A demora de alguns dias, que não pudémos evitar, entre a redacção dêste manifesto e o seu lançamento em público, pode apresentar como inoportunas algumas das considerações finais que ele contém. Dir-se-ha, talvez, que a atitude do Governo perante a greve recente do funcionalismo, e o remate desta, desmentem de facto certas apreensões nossas. O desmentido, porém, não é mais do que aparente; uma observação serena leva-nos infelizmente a sustentar: primeiro, que se houvesse o Governo tomado a tempo a atitude decisiva que lhe cumpria não teriam os sucessos chegado até onde chegaram; depois, que a experiência autoriza a ter como certo, que resultaria de resto, inutil, na emergência, o esforço governativo se, de momento, sorrisse como oportuna, a determinada feição política, a escalada do poder; e, por último, que, não podendo haver-se por liquidada a questão, é ainda — assim o pressentimos — em obediência á lei do menor esforço, no campo acomodatório em que se apouca o Poder e o País se prejudica, que ela vai encontrar o seu natural desfecho.